



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0000690-29.2011.8.26.0233**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Obrigações**  
 Embargante: **Município de Ibaté Prefeitura Municipal de Ibaté**  
 Embargado: **Ministério Público do Estado de São Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Wyldensor Martins Soares** assumindo esta Vara Distrital até instalação de sua nova vara, conforme designação da E. Presidência do TJSP.

Vistos.

Trata-se de embargos à execução de obrigação de fazer ajuizada pelo Ministério Público Estadual contra o Município de Ibaté, em que este, na qualidade de embargante, alega que o julgado da Corte Estadual de Contas não poderia ser considerado para a elaboração e celebração do TAC no qual se lastreia a execução, pois o embargante encontrou divergências entre os dados constantes de seus registros contábeis e os percentuais apontados pelo TCE. Alega ter solicitado revisão dos cálculos ao TCE, o que foi indeferido. Contratou auditoria que analisou os dados contábeis municipais e concluiu pela correta aplicação, no ensino e durante o exercício de 1998, do mínimo constitucional de 25% da receita resultante de impostos, ao passo que o CAEx – Crim nada concluiu sobre a aplicação ou não do mínimo de 25% da receita resultante de impostos, referente ao ano de 1998. Em suma, sustenta que a ação executiva alça-se no resultado decorrente de originária decisão administrativa haurida do E. Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que, na sua essência, não espelha a realidade e traz incerteza à execução retirando a eficácia do termo de ajustamento de conduta que constitui o título exequendo. Conclui que, de fato, aplicou efetivamente 25% de suas rendas de impostos no ensino durante o ano de 1998 e 1999, de modo que o TAC foi firmado ao arrepio da legislação vigente.

A inicial de fls. 02/17 veio instruída com os documentos de fls. 18/171.

Os embargos foram recebidos com efeito suspensivo

**0000690-29.2011.8.26.0233 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

(fls. 173).

O Ministério Público impugnou os embargos às fls. 176/177 requerendo a realização de perícia judicial ou o pronto julgamento pela improcedência, pois o TAC foi celebrado em consonância com decisão do Tribunal de Contas do Estado.

Foi determinada a realização de perícia contábil (fls. 178).

O perito estimou os honorários (fls. 181); o embargante indicou assistente técnica e indicou quesitos (fls. 184/187); o Ministério Público apresentou seus quesitos e indicou assistente (fls. 188/189).

O Juízo homologou a proposta de honorários, deferiu os quesitos e habilitou o assistente técnico (fls. 190).

O perito solicitou prazo para início dos trabalhos – fls. 196, noticiando o início efetivo aos 17 de maio de 2012 – fls. 198.

O perito solicitou novo prazo – fls. 204.

Laudo pericial acostado às fls. 208/222.

O embargado manifestou-se às fls. 223 pela improcedência dos embargos.

O embargante deixou fluir *in albis* o prazo concedido para manifestação sobre o laudo, conforme certidão de fls. 225, lançada no dia 24 de março de 2014.

### **DECIDO.**

O processo demanda o julgamento no estado, pois a matéria debatida dispensa a produção de provas em audiência.

A invalidade do título executivo somente poderia ser



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

reconhecida se houvesse vício de vontade, tais como **erro, dolo ou coação**.

No contexto verificado se houve algum erro este decorreu de culpa do próprio embargante que não apresentou oportunamente a documentação contábil adequada ao TCE.

Em momento ulterior, ao firmar o termo de ajustamento de conduta, não se tem notícia de vício de vontade provocado pelo Ministério Público a fim de coagir o embargante a contrair obrigações sem respaldo legal.

Ausentes tais causas de nulidade o ajuste de vontades firmado entre o embargante e o Ministério Público não padece de qualquer nódoa capaz de retirar sua força executiva.

Caso o embargante entendesse desarrazoadas as respectivas cláusulas do termo de ajustamento de conduta não deveria ter assumido o compromisso, mas sim aguardado o ajuizamento da respectiva ação civil pública para explanar suas razões e defender seu ponto de vista. Não se pode é assumir o compromisso e, na sequência, descumpri-lo por discordar de seus termos alegando erros contábeis que o próprio embargante causou.

O indigitado Termo de Ajustamento de Conduta é ato juridicamente válido pelo qual o embargante, ao reconhecer violação de direitos difusos e coletivos em sua conduta, assumiu o compromisso de adequar o percentual de aplicação de verbas na educação, sob pena de multa.

Entender diversamente configuraria pernicioso precedente capaz de mitigar a força executiva dos termos de ajustamento de conduta firmados pelo Ministério Público Estadual, pois a parte contrária sempre verá a possibilidade de invocar causas estranhas ao próprio contexto do ajuste para tentar invalidá-lo.

Portanto, **plenamente válido o TAC**.

Prosseguindo, chama atenção o fato de que a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
 RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

embargante **confessa ter apresentando informações incompletas ao TCE**, sendo certo que sua responsabilidade pela reparação do ilícito é de ordem objetiva, ou seja, independe da demonstração de culpa.

Destarte, para ser obrigado a reparar o dano aos interesses difusos pela incorreção do percentual aplicado no sistema de educação, nenhuma diferença faz se agiu ou não com negligência perante suas obrigações contábeis. A escusa vazada no sentido de que diversos outros fatores impediram o integral adimplemento não lhe aproveita, pois evidenciada sua desídia em adotar as providências perante o órgão de contas estadual.

A alegação de irresponsabilidade quanto à desorganização das gestões anteriores não pode ser contemplada, sob pena de cancelar ilícito funcional manifestado pela violação da boa-fé objetiva. A um só tempo seria homenageado o comportamento contraditório e injustificado do embargante (*venirem contra factum proprium*), o que não contará com o amparo deste Juízo.

Diante do exposto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos opostos por **MUNICÍPIO DE IBATÉ** contra **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, o que faço nos termos do inciso I do art. 269 do Código de Processo Civil.

**CONDENO** a embargante ao pagamento das despesas, especialmente os honorários periciais que deverão ser depositados em 10 dias. O município está isento de custas (art. 6º da Lei Estadual 11.608/2003).

Decorrido o prazo para recursos voluntários, ao reexame necessário, considerando o valor da causa e sucumbência da Fazenda Pública Municipal.

Oportunamente, prossiga-se a execução.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DISTRITAL DE IBATÉ**  
**VARA ÚNICA**  
**RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000**

Ibate, 28 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**